

ACTA N.º 009/2007**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS REALIZADA NO DIA
VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE**

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Abel Resina de Sousa, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Marta José Guerra Pereira da Silva, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa, João Maria Gomes da Silva e Susana Domingos Gaspar.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Adriano Luís dos Reis Aguiar, Carlos Manuel Simões Barata, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, José Duarte da Silva Vaz Teixeira e José Manuel Paulo Trincão Marques -----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Evelina Mendes e Carlos

Manuel Simões Barata, por José António Magalhães Faria Rodrigues e José Carlos Frango, respectivamente.-----

Estiveram também presentes, o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice Presidente e Vereadores Srs. Manuela Pinheiro e Carlos Tomé.-----

Pelo **Sr. Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria**, foi feita a seguinte intervenção:

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas caras amigas e caros amigos

Chegou a hora da minha despedida da vida política. Escolhi este momento e este órgão político para formalmente o fazer.

Sinto que cheguei ao fim de um percurso, em que procurei dar o melhor de mim própria à nossa terra. E fi-lo em várias vertentes da vida pública torrejana.

Após o 25 de Abril que hoje aqui recordo com emoção, abriram-se as portas a todos nós, para que vivendo a liberdade conquistada, construíssemos uma terra e um país mais justo. Mais livre, mais democrático, onde todos os cidadãos têm o direito a uma vida melhor e mais consentânea com as suas legítimas ambições.

Todos os que hoje nesta sala se encontram, representam partidos que, na beleza e riqueza da pluralidade de ideias e de projectos, contribuíram para o Portugal melhor e mais evoluído que hoje somos. Assim o penso. E todos nós, cada um de seu modo, demos o nosso contributo.

Aos que ainda por aqui andam e em especial aos que já partiram da nossa convivência terrena - e se me permitem evoco a pessoa do Silvino Rosa porque fez parte integrante desta Assembleia - associo este meu momento especial de despedia que é em simultâneo um abraço a todos os meus camaradas de partido, mas também aos membros das outras forças políticas aqui presentes, porque em democracia, se é importante o debate político, ele o será ainda mais, se for assente na base do respeito e da consideração que entre cidadãos é devida.

E foi isso que procurei sempre fazer no decorrer da minha vida, e em particular na condução política desta assembleia.

Procurei ser isento e rigoroso no cumprimento da lei e dos regulamentos. No respeito de todos.

Sinto que por muito pouco que seja, muito de meu fica na minha terra em especial a dedicação e o trabalho que a ela dediquei durante sessenta anos.

Finalmente uma palavra de gratidão:

- Aos senhores presidentes de junta, a todos sem excepção, deixo uma palavra de parabéns pelo muito que têm feito pelas vossas freguesias. E por vezes nem sempre reconhecidos como merecem.

- Aos senhores deputados municipais uma palavra de apreço e também de gratidão pela forma como defendem os interesses da nossa terra e também, se me permitem, pela forma como me trataram.

- Aos partidos políticos aqui representados deixo um voto de confiança no futuro, desejando que se revitalizem e reforcem, sabendo todos nós que sem partidos a democracia será inexistente.

- Deixo também uma palavra de agradecimento a todos os funcionários municipais que comigo colaboraram nesta casa.

- Aos senhores vereadores de todas as forças políticas manifesto o meu reconhecimento por tudo o que se tem feito neste concelho, assente na riqueza da diversidade das vossas propostas e opiniões.

Uma palavra final para o meu amigo António Rodrigues, meu e nosso Presidente. Foi bom ter trabalhado contigo e ficar de algum modo associado a todas as obras e iniciativas que nestes anos se operaram no concelho de Torres Novas. Ao meu presidente deixo uma palavra de admiração, respeito, gratidão e de força para continuar o trabalho que tem desenvolvido.

Deixarei o meu pedido de demissão, permitindo assim, que possa presidir aos trabalhos desta sessão. Aproveito para informar que também em Fevereiro deixarei a assessoria que mantenho nesta casa.

A todos o meu bem-haja, com votos sinceros de saúde e de um Santo Natal.

Obrigado a Todos.-----

António Leal - “Caro Sr.º Manuel Piranga: é certo que vai deixar a nossa companhia nesta Assembleia Municipal.

Facto este que nos merece a todos natural atenção, pelo menos reconhecendo que a sua atitude pessoal e respeitadora, marcou de forma positiva a actividade deste órgão, quiçá algo distante, de outros que bem conhecemos.

Não aceitámos a sua dupla intervenção como parte efectiva deste órgão e assessor de outro, todavia convivemos com esse facto sem reservas e como se de um lapso de interpretação política se tratasse.

Mas agora aqui, no rescaldo da sua intervenção política, merece-nos sobretudo atenção a figura do Homem, que se consta de um Homem Bom, cuja presença no seio da sociedade torrejana, não passou despercebida, quer na vida política, quer pelos partidos políticos onde passou, quer na intervenção social e desportiva onde também muito contribuiu.

E, justiça seja feita, a sua presença, no CRIT, na AHBVT, no CDTN, na Rádio Local, foram uma dádiva de muitas horas, que representam sacrifícios pessoais e familiares que importa relevar.

Os altruístas têm o mérito de ver mais além, de pensarem nos outros, em darem muitas vezes o que não têm e outras o que não podem, neles nunca se esgota o dar de si sem pensar em si!

Caro Manuel Piranga, apesar de opositores, na ordem política em que hoje vivemos, não o somos, nem nunca seremos na ordem dos valores, pois na realidade é sempre muito mais o que nos une do que aquilo que nos separa.

Os representantes do PSD nesta Assembleia Municipal, que também têm amor pelo nosso concelho, pelas suas gentes, na luta por um equilíbrio de políticas, sem excessos e com a virtude de olhar para todos:

“De cima para ver melhor!, mas ao mesmo nível para sentir!”

Deixamos-lhe por isso um pensamento filosófico, mas sempre actual:

“Mesmo quando nos dizem que o combate terminou!, temos de continuar a trabalhar!

A trabalhar, mais pela eliminação das maldades concretas do que pela realização de qualquer bem imaginário!

Os representantes do PSD na AM de Torres Novas”.-----

Manuel Filipe – Depois de desejar a todos os presentes, sinceros votos de boas festas, fez a seguinte intervenção: “não queríamos deixar em branco esta ocasião e afirmar aqui o

nosso apreço pelo contributo que Manuel Piranga prestou ao poder local, e a Torres Novas. Como homem que desde cedo se entregou à causa pública, como figura que desde o início da nossa democracia tem participado e ajudado a consolidar o exercício dessa mesma democracia, nomeadamente, pelo contributo que tem dado nos diferentes órgãos do poder local, como dirigente que foi desde muito novo, entregue de corpo e alma a associações e colectividades do nosso concelho, ajudando é certo como muitos outros, a dar vida a um sector essencial da nossa cultura e do nosso desporto. Pelos sacrifícios suportados por todas as adversidades porque passou, por tudo isto e muito mais, é pertinente dizer que a homenagem a um homem político, é também uma homenagem à política e ao papel dignificante que todos nós desempenhamos aqui. Faço parte duma outra geração que não passou certamente, pelos sacrifícios, pelas tormentas que o Sr. e outros passaram. Por isso, nesta hora de despedida em que o Sr. diz adeus, queria deixar bem expresso o nosso muito obrigado”-----

Paulo Renato Gregório – Fez a seguinte intervenção: “Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Torres Novas. Estou certo que poucos torrejanos se poderão orgulhar, ao tempo presente, de um percurso político, associativo, profissional e pessoal como é o caso daquele que Vossa Ex^a possui...

Meu caro Manuel Piranga, se esta minha intervenção fosse um daqueles discursos de ocasião (que os políticos adoram proferir nestes momentos) estou convicto que estas minhas primeiras palavras seriam uma excelente introdução – mas, não é o caso!

Não pretendo efectuar nenhum discurso de ocasião. Em primeiro lugar, porque o seu percurso pessoal fala por si; em segundo lugar, porque o que pretendo é tão só prestar-lhe a minha homenagem.

E a melhor homenagem que lhe posso prestar é afirmar, que enquanto membro desta Assembleia Municipal Torrejana terei sempre um enorme orgulho em dizer: - Que a ela pertenci ao tempo em que nela foi seu presidente - Manuel Piranga, um dos homens mais rectos que conheço.

Para si, esta minha singela homenagem e o meu mais caloroso aplauso, bem-haja.-----

José Conde – Interveio para realçar o papel importante de Manuel Piranga Faria, no início da sua vida política, a quem culpa de estar ali presente, e que considera um grande amigo, desejando-lhe as maiores felicidades.-----

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “Apesar das divergências que tivemos com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e foram muitas, mas sempre a CDU respeitou a pessoa e o cargo que ocupa. Fomos adversários leais, leais no confronto de ideias, nos confrontos políticos e é em nome dessa frontalidade que agora também lhe dizemos que o Sr. Presidente da Assembleia, fica ligado a um período triste desta Assembleia Municipal, aquilo que nós consideramos a lei da rolha. Ao fim de trinta anos fomos limitados de poder falar como até aqui”.-----

António Gomes – Interveio e pediu permissão para não se despedir do Sr. Manuel Piranga, só assim permanecerão as boas lembranças, desejando que se vão encontrando por aí, de boa saúde.-----

Henrique Reis – Com votos de Boas Festas a todos os presentes, dirigiu-se de seguida ao Sr. Manuel Piranga, lembrando não o ter conhecido por acaso, foram muitos anos de convivência que considera um privilégio, sem grandes divergências, nem políticas, nem outras, mesmo nos tempos mais difíceis. Para ele dirigiu um grande abraço, por tudo em que se empenhou lembrando que a vida e o tempo não param aqui.-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Abel Resina de Sousa – Depois de desejar Bom Natal e Feliz Ano Novo para todos, colocou as seguintes questões:

1 - Referiu ter tido conhecimento da situação dum morador de Brogueira, proprietário dum casa junto ao cemitério, cuja construção tem mais de 70 anos e que recuperou, tendo sido notificado pela câmara para pagar uma multa por ter tapado uma porta no ano de 50. Questiona como é que é possível recuperar casas antigas, se a câmara aplica às pessoas multas sobre multas, para além de as obrigar a completar o processo, com o ITED, que são licenças para prédios novos, mas só a partir de 2002. Também não percebe como se exige projectos

“Rita” que ficam em mais de 500 contos, quando a construção só levou um telhado, para além do exagero da aplicação de tanta multa e tantos encargos para reconstruir. Entende que a lei deveria ser revista porque no total o munícipe em causa tem 700 contos de multa, ou então a lei não está a ser cumprida devidamente e não há razão para se exigir tantos projectos.

2 – Questionou ainda, como é que é possível fazer-se licenciamento para provas de todo o terreno, quer de moto 4, quer de carros, todos fazem o que querem, estragam as estradas agrícolas, as juntas sem dinheiro têm de as reparar para os agricultores as poderem utilizar, há que por cobro a esta situação porque qualquer dia o concelho não tem estradas agrícolas, referindo que este é um assunto que a Câmara tem de resolver, estando a chegar-se ao limite.-----

António Gomes: Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, Senhores e Senhoras autarcas:

1. O Poder Local Autárquico, eleito democraticamente pelos cidadãos, foi uma das grandes conquistas do 25 de Abril e da Democracia, consubstanciada pelo voto directo, secreto e proporcional para os diferentes órgãos do poder local: Assembleia de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.
2. Até aos dias de hoje, praticamente não tem havido no país problemas de governabilidade nos órgãos do poder local, com destaque para os Executivos Camarários.
3. A nível nacional e de acordo com o actual sistema eleitoral proporcional, 89% dos Municípios Portugueses são governados em regime de maioria absoluta, havendo apenas 11% que não são governados desta forma.
4. A pretexto de um melhor funcionamento do poder autárquico e de uma maior estabilidade e reforço dos poderes fiscalizadores, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata preparam-se para alterar a actual Lei Eleitoral Autárquica, acabando com as listas para os Executivos Camarários, a Câmara deixa de ser eleita pelo voto dos cidadãos. Em vez de duas listas, haverá apenas uma lista para a Assembleia Municipal, cabendo ao cabeça de lista do partido mais votado desempenhar as funções de Presidente da Câmara, podendo escolher livremente a sua equipa de vereação.
5. Este pacto entre o PS e o PSD, pretende esmagar a oposição na secretaria, é um lamentável retrocesso na democracia representativa local. O Partido que ganhar a

Assembleia municipal mesmo por diferença mínima, ganha o direito a formar maioria absoluta na Câmara.

6. O objectivo deste acordo para ganhar as Câmaras com maioria absoluta é o de bipartidarizar as eleições locais entre o PS e o PSD, reforçando o presidencialismo municipal e procurando retirar das Câmaras as vozes incómodas. É um resultado feito às custas de terceiros pois os votos tendem a concentrar-se nos potenciais Presidentes. A capacidade de fiscalização quase desaparece.

Sr Presidente, aqui fica o protesto do BE e a preocupação por mais esta etapa dos Partidos do “centrão” contra a democracia”.-----

António Leal – Disse ter manifestado há algumas sessões atrás, alguma preocupação pelo facto de existir um contencioso entre a ATEP e a firma Socoliro referente a uma dívida de meio milhão de euros da obra da Escola Profissional, que considera um estabelecimento de ensino que continua a privilegiar o concelho de Torres Novas, e que se deve continuar a preservar. Na altura solicitou algumas explicações ao executivo e continua a aguardar que lhe façam chegar algo sobre esta matéria. Tanto quanto sabe, continua o contencioso, mas gostaria que houvesse algum esclarecimento à Assembleia sobre mais algum desenvolvimento que haja.-----

António Calado Nobre – Colocou as seguintes questões: Ao longo deste mandato a bancada do PSD foi apresentando algumas propostas ao executivo que muito os alegrou que tivessem tido algum feedback positivo do outro lado. Nesse sentido gostaria de saber se existem algumas evoluções relativamente à proposta sobre as bolsas de estudo e tarifa familiar da água, trazida a esta Assembleia.-----

José Carlos Frango – Depois de desejar as boas-festas a todos os presentes, disse ter recentemente dado algumas voltas por diversos lugares do concelho, e deparou com as seguintes situações que gostava de alertar e ter algumas respostas para as mesmas, para além de não constarem também nas informações do Sr. Presidente da Câmara agora entregues: a obra da rotunda da Barreira Alva, continua parada, está perigosa, não se vê ninguém a trabalhar. A rua da Casa Amarela, que se encontra há vários meses em obras, espero que o seu

fim, não seja em Setembro ou Outubro de 2009. A estrada da Charneca da Meia Via para os Pintainhos, não se pode lá passar é só buracos, a estrada da Rexaldia para a Pena e Casal da Pena está na mesma. Há dois meses fiz nesta Assembleia, referencia à estrada Assentis Fungalvaz, para dizer que o tractor limpa sebes, não tinha ainda lá chegado, o que aconteceu na semana seguinte, cortou as ervas, pena é que ficaram lá por limpar e quando chove, a água em vez de passar pelas valetas, passa pela estrada, era só deixar estes reparos. -----

João José Serôdio – Depois de desejar Boas Festas a todos os presentes, dirigiu-se ao Sr.º Presidente da Câmara, referindo que por motivos profissionais esteve impedido de participar na apresentação do Torres Novas. PT. Posteriormente foi informado de que tinha sido lançada na referida apresentação, as zonas industriais do concelho, nomeadamente a da zona norte do concelho, que aparecia localizada na freguesia de Assentis. O que acontece é que nos debates feitos na sua Junta, Paço, sobre a revisão do PDM, a mesma aparecia, cerca de 80% localizadas na freguesia do Paço. Sem querer levantar celeumas, gostaria de ser esclarecido da verdadeira localização, para também poder informar a sua assembleia de freguesia.-----

José Gil Serôdio – Depois de ter formulado desejos de um Bom Natal e Ano Novo, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo o seguinte: continuo preocupado com a Meia Via, há muito tempo, talvez há 25 anos, que não a vejo como agora, não tem alcatrão, penso que alguém e nesse caso terá de ser a Câmara que tem de deitar a mão aquela terra, sob pena de qualquer dia ser impossível viver lá. Queria falar também sobre a falta de médico na Meia Via, a A23 e o centro educativo. Tive uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, onde ficou combinado o Sr. Presidente reunir com o Dr. Fernando Afoito, e com o Sr. Presidente das Estradas de Portugal, gostaria de saber se já há algo sobre este assunto. Em relação ao centro educativo, que está programado para a Meia Via, não sei se já há terreno, mas gostaria de saber se há mais decisões sobre isso. Quero falar também daquilo que se passa na Meia Via a nível de segurança, porque são assaltos constantes a habitações, até a Associação do Desportivo não escapou. Enderecei cartas à GNR e à Câmara pedindo algum cuidado para esta situação, entretanto identificaram os ladrões e os assaltos pararam. De qualquer maneira, a

GNR relativamente ao policiamento que faz às freguesias, deveria ser mais presente e andar o máximo nas povoações mas a pé, é preciso que vão às aldeias, dando segurança às pessoas.

Agora queria falar dos protocolos das escolas, é uma matéria a que sempre dediquei alguma atenção, porque sempre achei que a Meia Via dadas as condições que tem, de freguesia semi rural e semi urbana, com uma população escolar como tem, devia ser olhada de maneira diferente em relação aos protocolos. O ano passado ficou dito que neste ano iríamos ver, talvez em reunião de presidentes de junta o que se deveria vir a passar no futuro, relativamente às escolas. O Sr. Presidente da Câmara, diz que os protocolos vão acabar com os centros educativos, mas enquanto não entrarem em funcionamento é bom que se olhe para determinadas situações e a situação é esta: relativamente ao protocolo escolar de Meia Via o mesmo é no valor de 4.500 euros, até ao dia de hoje já gastamos 7 345 euros e já fornecemos para a escola 18 mil fotocópias. Só quero chamar atenção para o facto de se dizer que estas verbas seriam para ajudar as Juntas a terem meios financeiros, mas vejo é que os protocolos não são para isso, são para outra coisa bem diferente”.

Marta Silva – Disse o seguinte: “veio novamente a público na comunicação social, o problema e a contestação da população de Liteiros, face aos rails de protecção colocados no troço da EN 3 naquela localidade. Com os rails lá colocados os peões que pretendem circular naquela via, têm de o fazer na estrada, pois os rails ocupam a berma e depois destes há uma vala por onde também não é obviamente possível passar. Além disso, parece que os rails tapam a visão daqueles que querem sair de suas casas com o carro e entrar na estrada, gostaria de saber o que é que está pensado fazer-se em relação a este assunto. Ainda um pouco mais abaixo e para reiterar o que foi aqui dito, no cruzamento da Barreira Alva, para quando está previsto o reinício da construção da rotunda. E já agora, será que não seria possível colocar algum aviso de lombas ou desníveis, para os que vêm do lado de Liteiros ou Torres Novas, não conhecem o estado da estrada, há ali realmente grandes desníveis.

Na sessão da assembleia de 25 de Junho foi aqui colocada a questão sobre o início das obras da ponte dos Pimentéis em Lapas, tendo o Sr. Vice Presidente da Câmara garantido que iriam começar em Julho, como tal não se verificou, para quando o começo das obras. É que aquela ponte e aquele caminho é um direito adquirido da população, que se poderá perder,

visto que o proprietário do terreno junto à ponte, diz que sem ponte ninguém tem o direito de lá passar”.-----

Susana Gaspar – Disse o seguinte: “A presente intervenção da CDU vem uma vez mais debruçar-se sobre o problema da poluição do Rio Almonda. O Jornal Mirante noticiou recentemente uma tomada de posição da Câmara Municipal da Golegã para esta questão, criando um grupo para a defesa e protecção do Rio Almonda. Perante algumas acusações lançadas à falta de acção da Câmara Municipal de Torres Novas, o Presidente da Câmara do concelho responsável pelo estado de degradação ambiental do rio, alegando antes causas naturais. Acrescenta também que nunca recebeu contacto da Golegã para tentar resolver os problemas do Rio.

Falando assim, o Sr. Presidente levanta a ideia de um município míope, que não só não admite os problemas, como não coloca a possibilidade de tomar a iniciativa de os resolver. Mais, ainda, passa um véu sobre todas as preocupações levantadas pelos munícipes e eleitos de outras forças políticas, em intervenções, requerimentos, debates. Ignora ainda todas as informações recolhidas com o seu trabalho de terreno e as propostas daí advenientes. Exemplo disso, foi o requerimento apresentado pelo PCP na Assembleia da República, pedindo esclarecimento sobre a situação do Rio Almonda; o que gerou uma acção de fiscalização do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Em 28 de Abril de 2006, eu própria trouxe a esta Assembleia algumas conclusões do relatório, que apontavam como principais causas da poluição da bacia do Rio Almonda:

- a falta de tratamento dos efluentes domésticos do Rio.
- a negligência junto dos responsáveis das unidades industriais.
- a Vala das Cordas, como maior foco de poluição.

Perante a gravidade dos factos anunciados pelo relatório e já diversas vezes levantados pela CDU, coloquei aqui algumas perguntas muito específicas sobre a situação das Etares, das localidades sem saneamento, das descargas ilegais das unidades fabris, da Vala das Cordas e sobre o facto de serem utilizadas viaturas da própria Câmara para fazer descargas no rio.

Sabem qual foi a resposta? “O processo de concessão das águas está a avançar e quando ele se concretizar, tudo se resolverá”. Ponto final. Foi tudo o que ouvimos em resposta a cinco perguntas diferentes.

As perguntas poderiam voltar a ser colocadas, os artigos na comunicação local levantando suspeitas sobre o município e a sua conviência com o problema, continuam a repetir-se. Mas o que nos interessa já não são só as respostas, porque agora é uma questão de acção! Já todos sabemos o que está mal e não tenhamos dúvida de que é principalmente o saneamento e todos sabemos também que não é a concessão das águas que o vai resolver, já para não falar de que é uma situação vergonhosamente suspensa vai para dois mandatos. É vergonhoso ser um concelho vizinho a tomar posição a querer resolver os problemas, quando o rio nasce em Torres Novas e é de Torres Novas que sai já poluído. De momento, já nem sequer basta limpar o leito do rio. Têm de ser tomadas medidas de sensibilização dos munícipes, dos responsáveis pelas unidades industriais; têm de ser aplicadas coimas rigorosas; têm de ser criadas condições para que não se polua logo nas casas das pessoas. Exigimos portanto, que a Câmara Municipal tome posição e aproveite o interesse de outras câmaras, reconhecendo nele um potencial de auxílio e não um ataque. Queremos todos proteger o mesmo e exigimos que os nossos responsáveis políticos ajam em conformidade com as preocupações dos cidadãos deste concelho.

Vimos chamar a atenção para as condições de circulação pedonal na Rua do Caldeirão e na Rua do Nogueiral, na cidade, achamos importante que os técnicos da câmara estudem o assunto encontrando alternativa à existência de passeios, que pelo menos nos dias de mercado seria importante proibir o estacionamento nessas ruas, evitando assim os habituais constrangimentos de trânsito e perigo para os peões que ali tentam circular, é uma situação que já há muito tempo se verifica, nós se calhar temos algumas soluções, mas achamos que deverão ser os técnicos a analisar a questão”.-----

José Conde - Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que, nem sempre critica a Câmara e desta vez, não pode deixar de referir o papel preponderante da Câmara na pessoa do seu Presidente, no apoio para o Lar de Idosos de Assentis que agradece profundamente. Salientou também o empenho do Sr. Presidente na construção do pontão de Fungalvaz, obra que responde às necessidades da freguesia, embora só com pequenas falhas de sinalização. Terminou fazendo uma referência muito forte ao empenho também demonstrado pelo Sr. Presidente, na execução da estrada de Fungalvaz – Alburitel, bem como a satisfação de algumas obras contempladas no plano.-----

Ramiro Silva – Colocou as seguintes questões:

1 – Referente à lixeira de Alcorochel, foi um assunto aqui falado na Assembleia, tendo o Sr. Presidente na altura mostrado preocupação sobre o assunto e deu indicações para resolver a situação, acontece que nada se resolveu. No verão na altura das jornadas autárquicas da CDU, eu próprio escrevi uma carta ao Sr. Presidente chamando a atenção para o assunto, porque mais uma vez a situação se agravava com a colocação de animais mortos naquele local, para além do perigo que decorre aquela grande vala. O assunto permanece, deixava aqui uma chamada de atenção em relação ao Sr. Presidente e à Câmara, no sentido de tomarem medidas para resolver o problema.

2 – Outra questão que queria aqui referir é um assunto que já foi por nós aqui abordado, pela primeira vez em 22.12.05, que são as barreiras sonoras na A 23 e que o Sr. Presidente da Câmara, na altura tal como consta da acta disse ir ter isso em conta mas até hoje a situação mantém-se na mesma. É estranho, porque vê-se nas obras de alargamento da A1, na zona de Santarém e perto de algumas habitações, estarem já a colocar as barreiras sonoras, por isso penso que no caso versado, ou há falta de empenhamento da autarquia, ou as entidades não estão a ligar muito ao assunto.

3 – Outra questão que queria referir tem a ver com a falta de médicos de família nas três freguesias do concelho. O deputado do PCP Bernardino Soares fez um requerimento ao governo sobre esta matéria e a resposta do Senhor Ministro foi mais que preocupante: ou seja; a solução que ele apresenta para a resolução da falta de médicos, é a criação das USF. Ora nós já sabemos que isso não é a solução, inclusivamente já há declarações públicas de médicos a dizer que isso não é a solução. Nós já aqui, numas das últimas Assembleias, chamamos a atenção para esta matéria porque é lamentável, hoje em dia no século XXI irmos ao Centro de Saúde e vemos pessoas com setenta ou oitenta anos, às sete da manhã, à espera de vez para pedir uma receita, porque o médico só passa quatro por dia, é uma questão de solidariedade social e penso que deveria haver aqui outro empenhamento na resolução deste problema.

Queria terminar, para dizer o seguinte: Uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia se despede de nós nesta sessão, apelava-lhe a que pudesse deixar os assuntos em dia e lembrava-lhe que a CDU tem pendente, respostas a um conjunto de situações para o qual ainda não

obteve resposta: Cópia dos contratos com a empresa Quartenaire e respectivo estudo e Mateus e Associados. Resposta em relação a uma convocação da reunião do Conselho Municipal de Segurança, que mais se justifica pela intervenção do Sr. Presidente de Junta de Meia Via, mas também saiu legislação sobre a organização dos serviços municipais de protecção civil e o cargo de comando operacional. Aguardamos também resposta dos estudos em que a Câmara se baseou para ponderar, aderir às Águas do Ribatejo, agradecia resposta a estes assuntos. -----

Joaquim Godinho – Depois de desejar Boas Festas para todos, reforçou o dito pela Marta Silva, sobre a situação de Liteiros, com a má colocação dos rails, que se verifica há mais de um ano. As pessoas saem da auto-estrada, os rails estão em cima do alcatrão, correndo-se o perigo de desastres, tornando-se uma estrada com algum perigo. Também a abordada rotunda da Barreira Alva, referiu que como Presidente de Junta concorda plenamente com a chamada de atenção. Sobre as referências feitas pelo Abel Resina quanto ao uso e abuso das provas de moto nos caminhos agrícolas, concorda com as observações feitas, insistindo que deveriam passar era pelas fazendas, considerando um mal geral, porque como já foi dito, danificam por completo as estradas, ficando a Junta com o encargo de as reparar, o que se torna difícil por vezes.-----

João Maria Silva – Alertou para o facto do furo da água em Casal João Dias em Pedrógão, apresentar algum perigo porque está sem protecção. Referiu ainda um ofício que dirigiu ao Sr. Presidente, referente à cerimónia de inauguração do Lar de Idosos no próximo dia 29, em que era chamada a atenção para a necessidade de arranjo do acesso ao referido Lar e ainda falta de uma passadeira.-----

Henrique Reis – Referiu as situações também apontadas pelo José Carlos Frango, na sua freguesia, acrescentando ainda a estrada de Pafarrão a Mata. Sobre os problemas provocados pelas provas de moto 4, confirma e ainda acrescenta a situação dos jips que considera mais grave porque danificam muito mais. De seguida fez algumas referências à

intervenção do membro António Gomes, sobre o projecto da nova lei autárquica e que tem o apoio do PS e PSD, com a qual não concorda, tanto mais que o “centrão” se uniu contra o papel dos P. de Junta, nomeadamente no respeitante ao voto no sentido de lhes retirar direitos adquiridos, considerando para além de outras injustiças, que os dois partidos se juntaram para provocar os P. de Junta, limitando-lhes as competências que a própria constituição lhes atribuiu, daí considerar um atropelo à dignidade dos homens e mulheres que no terreno estão sempre na primeira linha. A democracia tem lugar e exigem que sejam respeitados em nome da justiça e dos homens.-----

Sr. Presidente da Câmara – Iniciou a sua intervenção, respondendo às questões colocadas, nomeadamente: Sobre a dívida da Escola Profissional ao empreiteiro, não tem muito a dizer, considera que a sua resolução deverá ser em tribunal e pensa que a sentença vai redundar em pagamentos, como é óbvio. Sobre as bolsas de estudo, informou estar a ser elaborado um regulamento para esse fim. Quanto à eventual tarifa familiar da água, foi devidamente analisada, concluindo-se não ser prática. Explicou que a obra da rotunda da Barreira Alva foi interrompida, por ter havido um erro meramente técnico de projecto, que foi corrigido e a todo o momento recomeçarão a obra.

Sobre a obra da Rua Cândido dos Reis, ou rua das Freiras e não Rua da Casa Amarela, é uma obra com muito atraso, mas deverá concluir-se até Fevereiro. Referentes à Charneca de Meia Via irão fazer saneamento e depois far-se-à a pavimentação até Pintainhos. Confirmou que a zona industrial do norte do concelho está sedeada em Assentis. Fez ainda uma curta referência aos Protocolos de delegação de competências a celebrar com as juntas, que deverão ser celebrados de comum acordo, para o qual a Câmara propôs um aumento de 2,5%. A questão da má colocação dos rails em Liteiros, já foi colocada ao Director de Estradas, é uma estrada nacional, mas não está esquecida. Confirmou que na obra da Ponte dos Pimentéis houve contratemplos e desentendimentos com o proprietário do terreno, mas já está ultrapassado. Sobre as questões colocadas pela Susana Gaspar sobre o ambiente, que considera de muita importância e pertinentes, referiu que esta Câmara nunca foi contactada pela câmara da Golegã e não dialoga através dos jornais. Fez de seguida algumas referências às deficiências provocadas pela Etar de Riachos que foi mal dimensionada e não está preparada para servir tantas fábricas. Como solução está já a ser feito um estudo para a sua requalificação e se for caso disso, os empresários participarem nas despesas com a mesma. Realçou que apesar de

tudo, existe uma boa cobertura de saneamento no concelho, com o mérito do PS e PSD, embora entenda que haverá sempre problemas de saneamento e o que falta fazer a esse nível, será equacionado numa futura adesão às águas do Ribatejo.

Sobre as questões colocadas da saúde, considera um problema sério, mas não é Ministro da Saúde e quando são abordadas estas questões, respondem que arranjem médicos, não tem muito mais a dizer.

Também sobre os pedidos feitos pela CDU, referiu que o estudo da Quartenaire se encontra em fase conclusiva, uma vez que entretanto, houve algumas alterações no panorama cultural do concelho, com a abertura do Teatro Virgínia. Sobre a eventual adesão às águas do Ribatejo, considera uma hipótese, mas não há qualquer tipo de documentação.

Por último, referiu não ter conhecimento a quem pertence licenciar as provas de motos, registou o pedido de pavimentação da entrada do Lar de Idosos em Pedrógão e realçou mais uma vez que a questão do ambiente e a eventual adesão às águas do Ribatejo merecem uma abordagem muito séria na Câmara e Assembleia, situação que se irá verificar muito em breve. Ainda sobre o dito pelo membro Henrique Reis, sobre a nova lei autárquica, subscreve inteiramente o que disse, não podendo conceber que seja retirada aos presidentes de Junta, a capacidade de intervenção e a dignidade institucional que por direito próprio lhe foi atribuída, disso irá contestar. -----

Ramiro Silva – Respondeu de seguida, não ter gostado da resposta do Sr. Presidente da Câmara a dizer que não é Ministro da Saúde, isso sabe e acrescentou o seguinte: Gostaria que a Câmara e a Assembleia tivesse o mesmo empenhamento, quando foi o problema das urgências, porque há solução para a falta de médicos, até dito pelo Dr. Afoito numa reunião a que assisti, que em último caso, se não houver portugueses, contratam espanhóis, e eu pessoalmente antes quero ter um médico espanhol do que não ter nenhum. Considero por isso que a resposta não foi a mais indicada. Depois em relação às questões do saneamento e à decisão de não concordar com as águas de Portugal, subscrevo inteiramente e espero que seja cumprido, porque é assunto sério e merece discussão aprofundada. Em relação à questão da poluição do Rio Almonda, ela não se resume à questão que foi falada e que é importante, mas o Sr. Presidente, apresentou uma solução que me parece bem e que a Susana Gaspar, até já a referiu há cerca de dois anos. Última nota e referente ao estudo da Quartenaire: é bom que a

Câmara ao nível do executivo, cheguem a acordo e digam ambos a mesma coisa, a Marta Silva quando pediu aqui esse estudo, o Sr. Vice respondeu que o estudo já estava pronto, afinal agora não está pronto e não está pago, mas aqui na relação de dividas da Câmara diz que já foi pago, clarifiquem lá isso. O Sr. Presidente não falou também sobre a Lixeira de Alcorochel e reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

O Sr. Presidente da Câmara, interveio de novo, para justificar mais uma vez os motivos do estudo da Quartenaire, não se considerar formalmente concluído e também o modo de pagamento que está a ser feito com base no contrato existente. Informou ainda que o problema da lixeira de Alcorochel, está a ser tratado no urbanismo e também quanto às situações apontadas do trânsito na zona do Nogueiral, se tudo correr como previsto, em Janeiro a empresa adjudicatária, irá avançar com o parque de estacionamento subterrâneo e sendo assim vai ser corrigida a via e permitir fazer-se passeios-----

Diamantino Bernardo – Prestou algumas informações sobre a situação da Lixeira de Alcorochel, cujo processo está a ser conduzido pelo Departamento de Urbanismo, tendo o proprietário do terreno sido notificado para proceder à sua limpeza. -----

Foi feito de seguida um pequeno intervalo. -----
Retomada a sessão, deu-se início à ordem de trabalhos:

1 - Apreciação e votação das actas das sessões de 15.11 e 29.11.07.

2 – Apreciação e votação das seguintes propostas da Câmara:

1 - Autorização para contracção de empréstimo para saneamento financeiro.

2 – Estudo e plano de saneamento financeiro.

3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara, para fixação da taxa referente à participação variável no IRS a receber em 2009.

4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2008.

5 – Informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade municipal. -----

PONTO UM

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES DE 15.11 E 29.11.07.

Foram presentes e aprovadas as actas números sete e oito das sessões realizadas a quinze e vinte e nove de Novembro do ano em curso, com a seguinte votação:

Acta de quinze de Novembro: trinta e dois votos a favor e três abstenções de membros que não estiveram presentes.

Acta de vinte e nove de Novembro: trinta e quatro votos a favor e uma abstenção de membro que não esteve presente. -----

PONTO DOIS**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA:**

- 1 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO.**
- 2 - ESTUDO E PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópias de parte das actas das reuniões de Câmara. (Anexo 1). -----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Sr. Presidente da Câmara – Fez a seguinte intervenção: O empréstimo que aqui trazemos, se vier a ser aprovado pelo Tribunal de Contas, assenta em pressupostos que, para nós, são inequivocamente pressupostos que redundam em vantagens para a autarquia. Em primeiro lugar, porque estamos a trocar dívidas a terceiros e, neste caso, várias, por uma dívida a uma entidade bancária, em que resulta desta transferência de dívida, uma redução na despesa da dívida da Câmara, porque vamos pagar menos juros ao banco do que a lei permite. Em segundo lugar, se este empréstimo vier a ser visado, implica também que a Câmara se torne melhor pagadora porque vai pagar a entidades mais de meio milhão de contos. Por isso, de negativo, nesta proposta que hoje aqui está presente, nada vejo. A lei obriga a que os empréstimos não impliquem aumento de endividamento e ele não tem aumento de endividamento, pelo contrário, reduz e portanto não consigo encontrar um pressuposto negativo nesta operação e por isso a propusemos e a votámos favoravelmente na reunião de Câmara. A questão que se coloca aqui, é que um dos pressupostos para quem percebe de contabilidade, é que há uma conta que é a conta 22 que se chama fornecedores e há a conta 26

que se chama outros devedores e credores e a lei diz que as câmaras no ano em causa, que tenham de dívida a fornecedores num valor não superior a 50% da receita global do ano passado, podem à vontade contrair estes empréstimos, ora, na nossa óptica, a dívida a fornecedores é a Conta 22, só que na conta: “outros devedores e credores” aparece e bem, uma sub conta que é a 26.1 que diz: “fornecedores por conta de imobilizado”, é que o tribunal de contas está a juntar ambos os fornecedores, com um inconveniente, é que, aos fornecedores normais da conta 22, deve-se pelo que se gastou, enquanto que a conta 26.1 são dívidas por conta de património que fica. Para concluir, quero que este projecto siga para a frente”.-----

José Carlos Frango – Disse o seguinte: “A bancada do PSD decidiu abster-se neste ponto, exactamente por muitas das razões que o Sr. Presidente acabou de apontar, a primeira das quais é que os seus considerandos tal como os nossos, levavam-nos a crer votar isto favoravelmente, porque realmente injectar meio milhão de contos, mais 520 mil contos na economia regional ou local, é bastante dinheiro. Há na relação das dívidas, verbas pequenas que não faz sentido serem devidas, por outro lado nós entendemos que não tendo os credores culpa por estarem á espera tanto tempo, realmente era de legitimo direito e dever nosso, votarmos favoravelmente esta proposta. Contudo e como o Sr. Presidente também invocou a sua condição de conhecedor nestas matérias, eu queria lembrar-lhe que, no que diz respeito à gestão financeira, as dívidas de curto prazo nunca devem ser pagas com receitas de médio e longo prazo, que é o que propõem, que são doze anos de endividamento da Câmara. Daí a nossa decisão de não querendo obstacularizar a vossa boa intenção e a vossa decisão, de nos abstermos. -----

Ramiro Silva – Fez a seguinte intervenção: “Não somos especialistas na matéria mas sabemos ler os documentos e exercer o nosso direito de fiscalização que cabe aos membros desta Assembleia Municipal. Em nosso entendimento esta medida não devia ser tomada isoladamente, mas integrada num quadro de outras medidas que deveria passar por um plano criterioso de contenção de despesas e outro de saneamento financeiro como foi proposto pela CDU em reunião de Câmara e tornado público em 3.3.06 em conferência de imprensa sobre o tema: *a CDU toma posição sobre a situação financeira da autarquia*. Empréstimo para quê? O Sr. Presidente várias vezes afirmou que o empréstimo era para pagar as dívidas às Juntas de

Freguesia, clubes desportivos e colectividades o que é mais que justo e que a CDU há muito reivindica e que são alguns exemplos das dívidas actuais: juntas de freguesia mais de 240 mil euros, clubes desportivos mais de 250 mil euros, colectividades mais de 100 mil euros, e aos bombeiros entre transferências e prestações de serviços mais de 110 mil euros, o que totaliza mais de 700 mil euros. Agora apresentam-nos uma proposta para pagamento de dívidas com uma lista de fornecimentos de investimentos onde estas entidades não são contempladas. Mas curiosamente aparecem honorários, página 5 (temos dívidas que tal seja investimento) e um conjunto de dívidas que nem sequer tem noventa dias, alguns casos pouco mais de sessenta, não nos parece boa prática contrair um empréstimo para pagamento de facturas nesta situação. Quanto aos números, é apresentada uma proposta para contrair um empréstimo no valor de 2 milhões e seiscentos mil euros, ou seja, esgotar a capacidade de endividamento da autarquia como é indicado na documentação que nos foi fornecida. É o terceiro valor a que se chega, senão vejamos: inicialmente era um 1 milhão e 200 mil euros, que não se concretizou e foi referido nesta Assembleia que não era necessário. Depois passou para 2 milhões 494 mil euros, em 30 de Outubro e finalmente 2 milhões e 600 mil euros. Qualquer pessoa de bom senso reconhece que é indecisão a mais para a importância do assunto e de valores monetários desta amplitude. Adoptou-se a pior proposta, a da Caixa Geral de Depósitos, em detrimento da do BES que punha como exigência a passagem das verbas do OGE para aquele banco, o que não nos parece totalmente descabido, uma vez que a CGD nestes casos até já teria vantagem porque os dinheiros passam por lá. Não foi colocada a possibilidade de negociar. Este empréstimo vai custar mais de um milhão de euros em juros, é significativo apesar dos considerandos feitos. Quanto à credibilidade dos números, se todos tiverem a credibilidade que têm a dívida das senhas dos membros da Assembleia Municipal, aparece na rubrica das senhas dos membros da Assembleia 130 euros, o que não é de facto verdade. Em conclusão:

1 - É óbvio que a Câmara tem uma dívida de curto prazo incomportável a rondar os 20 milhões de euros, o que é elevadíssimo face ao seu orçamento real e que vai continuar um exagero após a contracção do citado empréstimo.

2 - a proposta apresentada tem como objectivo essencial, transformar dívida de curto prazo, em dívida de médio e longo prazo, ou seja: empurrar o problema para a frente, hipotecar às próximas gerações os erros cometidos, deixá-las reféns de encargos para os quais não contribuíram e mais grave, não terão os meios financeiros para enfrentar os problemas.

Tal assunto foi profundamente abordado há poucos dias por vários especialistas a propósito do chumbo do Tribunal de Contas ao pedido de empréstimo do município de Oliveira de Azeméis.

3 – A CDU só estará de acordo com a proposta de contrair o empréstimo se a Câmara municipal se comprometer no seguinte:

a) – pagar as dívidas existentes às Juntas de Freguesia, colectividades, clubes e bombeiros.

d) elaborar um plano de contenção de despesas e saneamento financeiro, realista e criterioso, o que se apresenta no documento é muito genérico e pouco consequente, (pág. 7).

c) Que em relação à maximização de receitas, estas não sejam feitas mais uma vez à custa dos munícipes com mais aumentos de taxas, tarifas e impostos (pág. 8). Recordamos que em dois anos, os impostos directos subiram um milhão de euros.

A rejeição por parte do executivo destas nossas propostas, levará a CDU a votar contra, mantendo a coerência que nos tem caracterizado, face às tomadas de posição públicas sobre estas matérias, como foi a conferência de imprensa citada no início desta intervenção, bem como a conferência de imprensa em Março de 2007, sobre os aumentos de água e das taxas e em Junho de 2006, sobre freguesias rurais, as eternas esquecidas. Não podemos num dia defender uma coisa e noutro dia defender outra diferente. Pois fica claro, se o dinheiro do empréstimo não resolver agora estas dívidas, a sua resolução será mais difícil no futuro. Não podemos estar de acordo com uma proposta que mais uma vez discrimina Juntas de Freguesia, colectividades e clubes desportivos”-----

António Gomes – Fez a seguinte intervenção: Sr. Presidente da Câmara, a primeira constatação que faço, é a ligeireza, a facilidade com que se passa de uma situação de normalidade, para outra de dívida excessiva, até há pouco tempo e ao longo de 2 anos pelo menos, o Senhor repetiu aqui até à exaustão que a dívida do município estava controlada, não havia razão para alarme.

Embora sendo alta, estava longe de dar dores de cabeça, e se havia dívida isso devia-se à obra realizada.

Agora somos confrontados com a lista dos maiores devedores e lá está Torres Novas com as consequências daí resultantes, corte nas receitas. Somos igualmente confrontados com uma proposta de empréstimo para saneamento financeiro do município.

Esta mudança de atitude é digna de registo.

Deve em primeiro lugar o executivo reconhecer que tomou opções erradas, que a gestão efectuada foi tudo menos rigorosa, que os orçamentos empolados até não poder mais são os grandes responsáveis por esta situação, que não foram tomadas medidas eficazes atempadamente.

Nem podiam ser, tudo estava bem.

Este empréstimo é o reconhecimento das políticas seguidas nos últimos anos, mas mais grave do que isso representam o futuro penhorado, ninguém tem o direito de condicionar a gestão dos que vêm a seguir.

É a política dos que vêm atrás que fechem a porta.

O relatório apresentado estranhamente, não tira uma única conclusão porque é que se chegou à situação de ter de pedir um empréstimo para saneamento financeiro, ninguém perceberá as razões desta discussão, aliás chega a ser dito que a dívida a curto, médio, e longo prazo permanece estável relativamente ao ano de 2006 com tendência positiva.

O pedido de empréstimo obriga à apresentação de um plano de saneamento financeiro, onde está?

As generalidades que os serviços preconizam, são isso mesmo, generalidades.

Vejamos: redução de custos, não tem objectividade, faz uma sugestão de sensibilização das várias unidades orgânicas da autarquia, nem sequer propõe uma metodologia de avaliação da evolução, não tem metas, logo não pode haver rigor.

Maximizar receitas: ficamos a saber que vão aumentar as taxas dos serviços prestados e dos bens fornecidos, não nos dizem quais bens, ou serviços uma coisa é certa as dificuldades dos torrejanos vão aumentar por força deste empréstimo. Devia-se ter a coragem de o assumir.

Rever dinâmicas de subsídios: quais subsídios é que vão acabar ou reduzir, quem usufrui de isenções e vai passar a pagar, colectividades, clubes desportivos, que meta se propõe atingir com estas medidas?

Não é apresentado um plano no mínimo a 5 anos, não apresenta previsões para a evolução dos impostos directos nem para as transferências do OE, não prevê uma melhor rentabilização dos recursos humanos existentes, etc, etc, .

Neste plano não fica suficientemente claro a necessidade do recurso ao empréstimo por parte do Município, embora ele possa eventualmente ser necessário, mas não está demonstrado. O Executivo deveria fornecer todos os dados e todas as propostas com que o Executivo espera vir a cumprir o compromisso previsível agora assumido.

A Assembleia Municipal tem que estar de posse de toda a informação para poder fundamentar a sua posição.

Não pode esta Assembleia ser tratada como uma câmara de eco do Executivo Municipal.

Sr. Presidente o BE não passa cheques em branco”-----

Sr. Presidente da Câmara – Respondeu de seguida, referindo que Torres Novas não aparece na lista das Câmaras mais endividadas, acrescentando o seguinte: é bom que isso fique muito claro, porque tem havido aproveitamento em relação a isso, quiçá por culpa dos próprios jornais, que induzem as pessoas em erro em relação a esse pormenor. Torres Novas não é das câmaras mais endividadas. O mapa que apareceu é das Câmaras que, de 2005 para 2006, aumentaram o seu endividamento, ou seja: a Câmara deste país que tivesse a dívida mais baixa em 2005, só pelo facto de a ter aumentado em 2006, poderia ser penalizada, e isto não é a mesma coisa que fazer parte das Câmaras mais endividadas. Quando o orçamento de estado de 2006 foi aprovado, dizia que as Câmaras em 2006 não podem aumentar o seu endividamento e, em 2005, a Câmara de Torres Novas tinha no terreno 4 milhões de contos de obras em curso. É bom que acabem com a demagogia. A Câmara de Torres Novas não é uma das mais endividadas do país, foi uma das câmaras que, em 2006, ultrapassou o endividamento que tinha sido imposto em 2005, são coisas totalmente distintas. Dizer ainda que não há erros do passado, nem penhoras para o futuro. Nós é que estávamos hipotecados, se não tivéssemos feito aquilo que fizemos. Isso é o que vos incomoda porque este concelho e esta cidade não seriam aquilo que hoje são, se não tivéssemos seguido esta política, se não tivéssemos captado apoios comunitários como captámos. Números dos clubes, tudo bem, mas, há quinze anos, já se devia cerca de 60 mil contos às colectividades. O futuro estava

hipotecado, mesmo se não fosse feito na cidade, aquilo que foi feito, porque há uma coisa que os Srs. nunca conseguem contestar, é que a Câmara de Torres Novas, nos últimos 10 anos, é das poucas do país que poupa dinheiro para injectar no investimento. Na época entre 93 a 98, a Câmara era aqui criticada porque não conseguia poupar dinheiro e ia buscar dinheiro ao investimento para fazer face às despesas e nós, de há dez anos a esta parte, tiramos dinheiro das despesas para aplicar no investimento. E é com esta política de poupança e com os apoios comunitários, que nós fizemos a obra que fizemos. Não há ruptura nenhuma nesta casa, há a tentativa de converter uma dívida de curto prazo numa de médio e longo prazo que é assim que a lei o obriga. Nós fizemos o que tínhamos de fazer, há câmaras que não podem contrair empréstimos porque não têm capacidade de endividamento. E nós ainda temos. A Câmara de Torres Novas em 2007 baixou o seu endividamento líquido, acima dos 22%, valor verificado em fins de Novembro. Desafio-vos a dizer qual é o credor desta casa que colocou esta Câmara em tribunal por falta de pagamento. Esquecem-se que esta cidade, há 14 anos, era tudo menos uma cidade. Nós fizemos o que tínhamos de fazer, que foi aproveitar os apoios comunitários. Embora não concorde com algumas indicações da lei das finanças locais, não é bonito dizerem que a Câmara de Torres Novas é a mais endividada do país, porque não é verdade, a Câmara de Torres Novas faz parte duma lista que, em 2006, aumentou a sua dívida em relação a 2005 e conluo que, nos últimos três anos, poupou um milhão e meio de contos e injectou nas obras que estão feitas em todo o concelho. Se me conseguirem provar o contrário daquilo que eu disse, façam-no”.-----

José Carlos Frango – Referiu o seguinte: “Não podemos deixar de dizer que a cidade hoje, é uma cidade maior, mais bonita, mas não podemos deixar de lembrar ao Sr. Presidente, que não é o salvador do mundo, porque as obras que tem e acabou de o afirmar, correspondem a uma dívida muito grande que fica por pagar a muitos anos de vista. E também não podemos deixar cair em claro que, quando nós pegamos numa casa ajeitamo-la ao nosso gosto, mas pegamos sempre naquilo que já foi feito por outros e como o PSD esteve na Câmara á frente dos destinos deste município antes do Sr., também não deve menosprezar essa situação. Aliás, fiquei admirado que hoje até já o referiu positivamente e agora contradiz-se, porque acabou por dizer que isto há dez anos, não era nada. Isto foi o que foi possível certamente, porque o PSD quando estava à frente dos destinos do município, agarrou no que já vinha de trás e não

andou permanentemente a atribuir culpas aos anteriores executivos sobre o que não estava feito”.-----

Ramiro Silva – Disse o seguinte: “O Sr. Presidente fez um discurso muito inflamado mas em relação às questões concretas por nós aqui colocadas, não disse nada. Está no seu direito, é o jogo da democracia, mas nós estamos no direito de não gostar de algumas opções. Todos os números que citei foram fornecidos pela Câmara municipal, não foram inventados, foram cedidos pela Câmara à Assembleia Municipal para análise da proposta. Depois quem disse que iam pagar às Juntas, aos clubes e às colectividades foi o Sr. não fui eu, e nós achamos bem, diz o que fez de há catorze anos até agora, era bom que não tivesse feito nada, já agora...a CDU teria feito mais e melhor, na rotunda da juventude por exemplo, que com o dinheiro lá gasto poderia ter pavimentado algumas estradas e poderia dar outros. A CDU tem um projecto para esta cidade que é conhecido de todos, a CDU faz as jornadas autárquicas, faz conferências de imprensa sobre os assuntos específicos, analisamos as situações e nunca nos ouviu criticar uma situação para a qual não fosse apresentada uma alternativa e portanto esse estilo de intervenção para a CDU não serve, como ó óbvio. O Sr. só tem é que respeitar a nossa opinião como nós respeitamos a sua. Depois comparações com outras câmaras, nós estamos aqui a discutir é os problemas da Câmara de Torres Novas, não é das outras e o que eu disse está escrito, não dissemos que existe ruptura, nem que é a mais endividada. Vou terminar como comecei. O Sr. Presidente às questões por nós colocadas, respondeu zero, está no seu direito”.-----

António Gomes – Disse o seguinte: Em primeiro lugar o BE faz votos para que o município não seja penalizado pela nova lei das finanças locais, não sei se a resposta já chegou e que não haja redução de receitas. Mas queria dizer que independentemente disso o Sr. tem uma dívida próxima dessa lista, mesmo que ela saia da lista tem uma posição próxima da lista e só por isso é reconhecimento que a situação não é boa e quem o diz são os responsáveis pelas finanças locais. Vamos ver onde isso pára e se há resposta exacta para isso. Mas o que quero dizer é o seguinte: O Sr. leu a proposta de saneamento financeiro da câmara de Lisboa, eu também li. E sobre isso digo que a diferença entre essa e a nossa é abismal, não nos números, mas na qualidade das propostas, enquanto o que vem aqui para discussão num

relatório dos serviços, com quatro generalidades para resolver o problema de saneamento, enquanto que na de Lisboa há um conjunto enorme de propostas concretas, objectivas, que os membros da Assembleia Municipal tiveram oportunidade de ver e pronunciarem-se sobre elas, com metas, com rigor, como é que nos próximos cinco anos vão ser, isso não está nada aqui, não tem nada sobre isso, acredita-se um bocado no futuro e vai-se por aí. É que este relatório não é suficientemente justificativo, nem suficientemente fundamentado para que exista um pedido de empréstimo. Admito que possa ser necessário, mas não está demonstrado neste relatório, não está demonstrado para que os membros da Assembleia fiquem na posse destes dados, se calhar os Srs. têm, mas naquilo que chegou ao Bloco de Esquerda não estão os números e as propostas devidamente fundamentados para demonstrar que a Câmara Municipal de Torres Novas necessita dum empréstimo para saneamento financeiro e essas seriam as respostas que deveriam ser dadas e não falar um pouco no ar, sem ter em conta as questões colocadas numa forma objectiva e concreta e era isso que lhe pedia. Já agora não vejo onde está a demagogia”-----

Sr. Presidente da Câmara – Interveio de novo para referir que o dito pelo membro do BE sobre o empréstimo da Câmara de Lisboa, não é de modo nenhum comparável com o nosso. O de Lisboa é 70% do orçamento todo da câmara e o nosso é cerca de 6% do valor da nossa dívida. Também insiste novamente com o problema do endividamento, que se está a diminuir, como já teve oportunidade de dizer atrás. Sobre a questão das propostas, referiu que as exigências apresentadas pelo BES, não foram as mais correctas e a Câmara deliberou anular o procedimento, voltando a fazer novas consultas. Confirmou ser intenção da Câmara contemplar neste empréstimo, o pagamento às Juntas e às colectividades, acrescentando que o orçamento do estado para 2008 permite a contracção de empréstimos para pagar todos os valores a fornecedores até 31.07.07. Reconheceu que a CDU tem apresentado propostas com valor, mas referiu se a mesma fosse Câmara, pouco conseguia fazer, porque votava sempre contra os orçamentos. Em relação ao dito pelo membro José Carlos Frango, quase o obriga a referir algumas situações do executivo liderado pelo PSD, nomeadamente a obra da via dos Negrús, que para a sua conclusão foi necessário recorrer a um empréstimo, lembrando que nessa data a dívida ascendia a quase dois milhões de contos. Considera que apesar de tudo foi obra que cá ficou. -----

Ramiro Silva – Interveio para referir ter entendido ficar claro de que a Câmara com este empréstimo, vai pagar as dívidas às Juntas, colectividades e clubes, para não haver dúvidas, tendo o Sr. Presidente respondido afirmativamente. Continuou a sua intervenção dizendo que quanto à sua última observação, o povo é quem mais ordena, lembrando os grandes bastões do PS, Porto, Coimbra Matosinhos, Figueira da Foz, que perderam. Não são questões para brincar.

Fez ainda uma referência ao facto do Sr. Presidente na sua última apresentação da Reflexão Estratégica Torres Novas.PT, ter referido “queremos que os empresários ganhem dinheiro e paguem bons impostos”, esqueceu-se dos trabalhadores, que devem ter bons salários, emprego com direitos e sem serem precários, tal omissão representa um pensamento político.-----

José Carlos Frango – Respondeu ao Sr. Presidente, que se foi levado a referir o tempo do antigamente, é porque já hoje tinha ouvido da sua parte alusões que o levaram a essa situação e acrescentou o seguinte: não deixa de ser verdade quando o Sr. chegou ao poder, eu então não estava ligado a nenhum partido político, apenas como cidadão vim a esta sala, assistir às primeiras reuniões públicas que o Sr. fez na Câmara Municipal. Discutia-se sistematicamente nas ruas da cidade, que o anterior Presidente tinha cá deixado uma dívida de 500 mil contos e o Sr. batia o pé e dizia que eram 800 mil, nunca ouvi falar em 2 milhões de contos, foi o Sr. hoje que avançou a situação. Seja como for, é provavelmente deselegante da sua parte estar a ir buscar coisas atrasadas, porque vamos ver quando o Sr. se for embora, até que ponto é que o seu sucessor bate o pé, para desmentir os seus números”.-----

Sr. Presidente da Câmara – Dirigindo-se ao membro da CDU, disse que, em matéria de trabalhadores, alguns falam teoricamente, mas afirmou ter o privilégio de ter trabalhadores e não receber lições de ninguém para pagar bem aos seus trabalhadores.-----

Henrique Reis – Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa e Sr. Presidente da Câmara, apelou no sentido de ser evitado não se passar tanto tempo a falar de coisas já passadas nos anteriores executivos, que bem ou mal, foram feitas e outras, que por motivos com certeza na altura considerados impeditivos, não foi possível concretizar. Questionou ainda se consta da proposta do empréstimo o pagamento às juntas e colectividades, porque a concretizar-se esse pagamento, votará a favor da mesma.-----

O **Sr. Presidente da Câmara**, respondeu ter sido levado a falar nos anteriores executivos, por ter sido provocado, embora entenda haver sempre lugares próprios para se poder falar das situações e a esse propósito lembrou que, há pouco tempo, tinha participado num colóquio em Lisboa, relacionado com o ambiente, tendo elogiado o trabalho levado a cabo pelo PSD, sobre essa matéria. Confirmou mais uma vez que o empréstimo também irá contemplar as Juntas e colectividades.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, com vinte e nove votos a favor e seis abstenções, aprovar as seguintes propostas da Câmara:

1 - Autorização para contracção de empréstimo para saneamento financeiro da autarquia até ao montante de €2.600.000,00.

2 – Estudo e plano de saneamento financeiro.-----**PONTO TRES****APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA, PARA FIXAÇÃO DA TAXA REFERENTE À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A RECEBER EM 2009.**

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião da Câmara celebrada a dezasseis de Outubro do ano em curso. (Anexo 2)-----

Foram feitas as seguintes intervenções:

Sr. Presidente da Câmara – Interveio para justificar a proposta apresentada, considerando o IRS um imposto muito abrangente, já que o IMI e a derrama são mais particularizados e a lei tem a particularidade de se poder variar a referida taxa. Entendeu-se assim, que dado o impacto financeiro que não é estrondoso na gestão da Câmara, porque se fosse, poderia parecer irreal e até demagógico, dar um sinal positivo aos concidadãos do concelho, reduzindo 1% na referida taxa.-----

Marta Silva – Interveio do seguinte modo: “a CDU votará favoravelmente mas não quer deixar de tecer algumas considerações: ainda na última sessão desta assembleia a CDU propôs a redução das taxas de IMI, essa sim uma medida que seria importante e justa para a população, contudo a nossa proposta foi chumbada. Agora temos a proposta de reduzir em 1% a taxa de IRS para os munícipes aliviando-os assim um pouco. Contudo se reflectirmos um pouco chegamos à conclusão que o montante da redução é ridículo para cada um dos beneficiários mesmo para os de rendimento mais elevado e nulo ou quase nulo para a generalidade da população, além do mais acaba por ser socialmente injusto pois reduz mais a carga fiscal quanto maiores forem os rendimentos. Parece-nos pois que esta redução não terá grandes efeitos práticos no alívio da carga fiscal das populações e se o tiver, serão sentidos por aqueles que talvez menos precisem”.-----

António Gomes – Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, o PS fez aprovar uma lei de Finanças Locais, injusta e geradora das mais elementares injustiças, particularmente nas classes trabalhadoras, de que este exemplo do IRS é o expoente máximo.

Ao permitir que as autarquias possam decidir sobre um imposto que é universal, sobre um imposto que se aproxima de alguma justiça, visto ser progressivo, o PS criou outra injustiça embora a dívida com os autarcas e pode-se dar o caso de até serem de outro partido, sempre divide o odioso com outros.

O Executivo Municipal de Torres Novas está em plena sintonia com o Executivo Governamental, segue as pisadas do 1º ministro e permite com esta proposta que trabalhadores da mesma empresa, com as mesmas funções, com o mesmo salário, só porque habitam em concelhos diferentes paguem impostos diferentes, com a agravante de que quem ganha mais, mais beneficiado sai. Quem é trabalhador por conta de outrem e for conhecedor desta situação, sabe bem avaliar a dimensão desta proposta.

Todos sabemos que ninguém muda de residência só porque noutra concelho o IRS custa menos 1%.

É caricato e se não fosse tão sério poderíamos dizer que era brincadeira, que no mesmo dia em que o PS propõe aqui a aprovação de um empréstimo financeiro porque precisa de dinheiro, propõe igualmente a redução de receita, parece estranho mas não o é.

É que em 2009 como todos sabemos é ano de eleições e a campanha eleitoral marca aqui o seu arranque.

É muita demagogia Sr. Presidente, é muito eleitoralismo e ainda a procissão não saiu da igreja. Naturalmente que o Bloco de Esquerda votará contra esta proposta”.

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com vinte e nove votos a favor, cinco abstenções e um voto contra, fixar em 4%, a Taxa referente à Participação Variável no IRS a receber em 2009.

PONTO QUATRO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2008.

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia de parte da acta da reunião de Câmara celebrada a doze de Dezembro do ano em curso. (Anexo 3)

Foram feitas as seguintes intervenções:

Ramiro Silva – Fez a seguinte intervenção: “o documento apresenta o mesmo defeito dos anteriores e a mesma falta de virtudes e de rigor dos anteriores. Poderíamos aqui falar muito tempo, a repetir números, a enumerar os erros de sempre a exemplo do que foi feito na Câmara a ver a declaração de voto do Vereador Carlos Tomé, mas optámos por uma forma mais simples. Como é tudo igual, quer dizer que andamos aqui há anos a falar para o boneco, pois teima-se sempre no mesmo, parece que andam a brincar connosco. Verificamos que a imaginação ou a inovação foi toda para a cidade do circus, e não sobrou nada para o plano e orçamento, a não ser, ilusão. Vejamos só dois exemplos de entre muitos que se poderiam enumerar: receitas de capital. na venda de bens de investimento propõe-se 23 milhões de euros, o orçamentado em 2007 eram 20 milhões, que se realizaram só 25 mil euros e então aumentam-se mais 3 milhões. Na venda de terrenos o orçamento são 17 milhões de euros, o de 2007 foram 16 milhões e realizado em 2007 foram 7 mil e quinhentos euros. Alguém pode atribuir credibilidade a estas propostas? Estes números, além de ridículos e anedóticos são exemplo claro do desnorte financeiro existente. Com estes números, Sr. Presidente altere já o PT e em vez do projecto âncora estruturante da cidade do circus, promova antes a cidade da magia, pois só mágicos, mas dos bons, conseguem dar algum realismo a este orçamento. Queremos terminar de forma mais séria pois o assunto merece-o fazendo um apelo ao Sr. Presidente que no próximo ano já não temos PT para discutir com certeza terá mais tempo, inove um pouco para também inovarmos no voto. Como a execução no orçamento de 2007 nos veio dar razão quando votamos contra e para continuarmos a ter razão no próximo ano a CDU não pode votar favorável este orçamento. Ao contrário do que diz o Sr. Presidente que votamos sempre contra, há pouco no empréstimo viu que nós também sabemos votar a favor, quando os interesses do concelho estão em primeiro lugar, os interesses do concelho para a CDU estão sempre em primeiro lugar”.-----

António Leal – Relacionado com o facto do Sr. Presidente ter referido valores da dívida da câmara, aquando da saída do executivo do PSD, leu e fez presente à mesa um requerimento no qual solicitava a confirmação do referido valor.

Sobre a proposta em análise, fez a seguinte intervenção:

Como introdução previa à intervenção que faremos sobre o orçamento e plano estratégico que nos foi apresentado, quero reafirmar aqui que nada de pessoal nos move contra instituições políticas ou contra qualquer dos seus ilustres representantes.

Isto é, por vezes, necessário reafirmar de forma a que nos continuemos todos a respeitar individualmente bem como às instituições, quer políticas ou não, onde todos nos envolvemos em sã militância.

Gostaríamos de poder, como diz o Bloco de Esquerda, no caso concreto e no que a contas diz respeito, quer em sede de relatório ou de orçamento, fazer parte desse tal CENTRÃO, todavia e porque este trata de opções estratégicas e de méritos, como aqui também já se ouviu referir, para os quais não confluímos, temos de fazer parte do tal exercício da democracia, aquela que o Partido Socialista, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, há pouco tão eloquentemente referiu.

Também por isso e desta forma acolherá V. Ex^a. Sr. Presidente da Câmara Municipal a nossa posição sobre esta proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2008 e que o PSD, representado nesta Assembleia Municipal, não aprovará nos seguintes termos:

Este orçamento para 2008 mantém o mesmo pressuposto do orçamento de 2007 e dos anos anteriores. Nada de novo!

A média das médias de execução orçamental situa-se aproximada dos 45% do previsto!

Mas mais importante que tudo isso é saber efectivamente qual a dívida da Câmara Municipal de Torres Novas?

Como está estruturada essa mesma dívida, se é de curto, se de médio se de longo prazo!?

Será que está a ser paga ou será que está a ser transferida para médio e longo prazo, com a contracção de empréstimos, como o que aqui hoje aprovámos de mais DOIS MILHOES E MEIO DE EUROS ou ainda com operações de factoring direccionadas a obras anteriormente realizadas!?

Será que vai ou não o Governo, conforme anunciado, reter 10% nas transferências previstas?

A verificar-se esta situação, como ficará a situação do orçamento?

Aponta-se que o PIDAC tenha para 2008 uma dotação, relativamente a 2007 com uma variação de 15,8% a menos

Em função desta situação será correcto estar-se a falar de planos de investimento para o nosso concelho!?

Fala-se de investimento no entanto de onde provêm essas mesmas verbas que asseguram esse investimento?

Será dos fundos comunitários ou à custa de um Município com um grau de endividamento ainda superior ao que já ASSISTIMOS!?

Não existe um conhecimento exaustivo da dívida do Município de Torres Novas, também por isso pensamos que antes de avançar com uma qualquer política de investimento será mais adequado pensar numa perspectiva de reestruturação e reorganização Municipal, por forma a que se tenha uma maior eficiência para o anunciado projecto do Prof. Augusto Mateus e se minimize o dispêndio exagerado de verbas em determinado conjunto de rubricas que na nossa perspectiva não tem razão de ser.

Por tudo isto e por muito mais que a seu tempo se saberá, o PSD não aprova a proposta de orçamento e Grandes Opções para o Plano de 2008”-----

Fernando Zuzarte Reis – Referente à proposta em análise, fez a seguinte intervenção: “Antes de mais, nunca é demais realçar a forma cuidada e minuciosa que o executivo já nos habituou na apresentação dos documentos relevantes a serem discutidos nesta assembleia.

Da análise efectuada ao documento, pela Bancada do Partido Socialista, iremos tecer em seguida algumas considerações seguindo posteriormente para a análise geral do Orçamento para 2008:

Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar bem claro, que este é um orçamento que deixa transparecer os objectivos do executivo no que respeita à sua política continuada, na contenção no investimento e na despesa, bem como na redução do endividamento líquido do município, mas deixa igualmente clarificadas as intervenções futuras no concelho no âmbito do QREN, como se pode verificar no documento disponibilizado pelo executivo.

É de extrema importância realçar a poupança corrente que desde 1999 tem apresentado valores positivos e que no corrente ano verifica os mais altos de sempre. Esta poupança tem sido vital para financiar despesas de investimento.

De salientar igualmente que no Plano Plurianual de Investimento (PPI) logo previsto para 4 anos, o executivo termina o ciclo até 2007 com uma execução física de cerca de 72% o que é realmente significativo perante uma previsão global de cerca de 34 milhões de Euros.

No Plano de Actividades Municipais para 2008 aponta-se 12.479.020,33€ (-1.100.000,00€ que em 2007), atendendo a que até Novembro do ano em curso já se concretizaram 65%, estamos então perante uma proposta realista para 2008.

No que respeita à dívida e dados até Novembro, verifica-se um decréscimo nas dívidas de Curto Prazo na ordem dos 245.527,03€ e nas dívidas de Longo Prazo na ordem dos 164.118,59€.

Sobre a política rigorosa que este executivo já nos habituou no que respeita ao registo e valorização do imobilizado, temos como consequência positiva dessa política uma valorização real do Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e em curso como podemos constatar nos seguintes valores entre 2004 e 2007:

2004 — 46.619.104,06€

2005 — 80.973.667,55

2006 — 102.206.297,11

2007 — 113.238.532,85 (+ 11.000.000,00 € Até Novembro)

Sobre o Orçamento para 2008, verificamos:

No Quadro das Receitas temos comparativamente ao ano de 2007:

Um aumento previsto nas receitas correntes na ordem dos 6.5% ou seja 184270817€, que continuam a ser uma forte componente no equilíbrio financeiro da autarquia.

Em 2007 verificou-se até Novembro, as seguintes percentagens de execução dos seguintes impostos:

Impostos Directos 73%

Rendimentos de Propriedade 61%

Venda de Bens e Serviços 85%

Outras Receitas Correntes 78%

IMI — Prevê-se atingir até Dezembro os 100%, correspondente a cerca de 2.600.000,00.

Imposto Circulação — Prevê-se atingir até Dezembro os 100%, correspondente a cerca de 446.000,00,

DERRAMA — Até Novembro suplantou o previsto em mais de 100.000 euros, atingindo-se já cerca de 884.000 €,

Taxas de Mercados e Feiras — idem; Coimas — Até Novembro suplantou-se o previsto atingindo-se já cerca de 70.000,00 €,

Recolha de Resíduos Sólidos — Suplantou-se já o previsto, atingindo-se cerca de 970.000,00 €;

Águas Residuais e Quotas de Serviço — Suplantou-se o previsto, atingindo-se já cerca de 1.000.000,00€;

Em 2007 temos assim no âmbito das receitas correntes um sinal positivo, dado que até Novembro do ano em curso atingiu-se o montante de 18.962.202,12 € (+ 857.000,00 €) que no mesmo mês do ano anterior.

Nas receitas de capital, temos um decréscimo na ordem dos 4.2% ou seja 1.219.375,64€, fruto do decréscimo da rubrica transferências de capital na ordem dos 3.350.300€ ou seja 41.51%, verificando-se positivamente uma subida de 10.18% na rubrica vendas de bens de investimento no valor de 2.130.924,74€.

Verifica-se assim uma prevista subida na rubrica das receitas na ordem dos 623.332,53€ correspondendo a 1.09% em relação ao ano de 2007.

Dentro das restrições de todos conhecidas a nível nacional para as autarquias, sem dúvida que os 57.998.106,15€ propostos para 2008, em que as Receitas de Capital apontam para um decréscimo realista de cerca de 1.220.000,00 €, serão valores ponderados, vislumbrando-se uma concretização nunca inferior a exercícios anteriores.

No Quadro das Despesas temos comparativamente ao ano de 2007:

Dentro das despesas correntes e na rubrica despesas com o pessoal, e para 2008, esta apresenta um decréscimo de 6.92% (625.931 €).

É de salientar o esforço do executivo em diminuir o peso do pessoal na despesa Total, como se pode verificar da análise dos seguintes dados.

Em 2005 — 28,26%

Em 2006 — 26,28%

Em 2007— 15,8%

Para 2008- 14,5%

Na aquisição de bens e serviços, verifica-se um acréscimo na ordem dos 10.6% (1.500.606,31€) tendo esta rubrica um peso de 27% no total da despesa.

Nas outras rubricas verificam-se igualmente acréscimos, mas todas elas agrupadas só influenciam em 7.1% o total da despesa. De salientar, que a rubrica juros e outros encargos estar previsto um aumento devido ao facto da constante subida das taxas de juro bem como pelo término do período de carência de alguns empréstimos anteriores.

Verifica-se assim para 2008, um acréscimo de 2.569.798,11€ ou seja um aumento nas despesas correntes na ordem dos 10.02%

No que concerne às despesas de capital:

Temos na rubrica aquisição de bens de capital, um decréscimo de 9.41% (2.806.608,55€) para 2008, tendo esta rubrica um peso de 46.6% na despesa total do Município. Verifica-se igualmente uma descida na ordem dos 12.28% na rubrica transferências de capital, tendo esta um peso de 2,5% no total da despesa. Estas duas rubricas perfazem 49.1% dos 51.4% do total das despesas de capital previstas para 2008.

Verifica-se então e no que respeita às despesas de capital, um decréscimo de 6.13% ou seja menos 1.946.465,58€ para o ano de 2008 em relação ao orçamentado para o ano de 2007.

Assim sendo e em relação ao orçamento da despesa para 2008, os números não divergem muito do último Orçamento, e como em relação ao ano em curso, já se atingiu uma média global de 40%, praticamente igual à média nesta altura dos últimos exercícios, onde se destaca uma concretização de 70% em Novembro no campo das Despesas Correntes, de igual modo entendemos razoável os valores propostos para 2008.

Pode-se então concluir que em traços gerais existe uma razoabilidade nos montantes propostos pelo executivo e que ao contrário do que em anos anteriores se verificava, neste orçamento para 2008, apenas se verifica um aumento no total das suas rubricas na ordem dum ponto percentual, logo, menos que a inflação esperada”.

Joaquim Godinho – Disse que ao longo de todos estes anos, ouve-se sempre dizer que o orçamento está inflacionado, mas apesar da descrição acabada de ouvir, não percebe de números, vê é que as obras que constam neste plano, não sendo muitas, seria maravilhoso que uma boa parte das mesmas fossem feitas e é esse o seu desejo. Por outro lado, quer ser portador da recomendação da sua assembleia de freguesia, e que consta para que neste plano

de intervenções para três anos, a nível de saneamento, não seja esquecida a Caveira, Bonflorado, Vale de Carvão, já para lembrar também a Etar que continua a cheirar mal, porque há receio que com a concretização do plano do Boquilobo Golf, fiquem as pequenas aldeias bloqueadas.-----

Henrique Reis – Fez algumas referências à proposta em análise, dizendo que a curto prazo fica aguardando alguma resolução para o sistema de saneamento na zona da Chancelaria que abrange aquelas terras à volta e vai até Alqueidão. Irá votar favoravelmente este plano e orçamento, mas deixa expressas duas situações: há dois anos que vota favoravelmente o plano e orçamento pela simples razão de não querer ficar em desigualdade com os restantes Presidentes de Junta. Sabendo o Sr.º Presidente o que foi feito nos últimos seis anos na sua freguesia, fazia-lhe a seguinte recomendação: Que tenha em conta o Alvorão, Pena e Casal da Pena, entre outras coisas que se arrastam no tempo e fazia questão, embora já conste do plano de actividades, que a Mata que há anos anda para ser pavimentada, se concretize. Votará de novo favoravelmente o plano e orçamento e volta a frisar que nos últimos três anos não foi contemplado na sua freguesia com qualquer tipo de investimento.-----

António Gomes – Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, Srs. Autarcas, Sr. Presidente, sei que não é agradável, que não faz parte da agenda de V. Exa., que não dá jeito nenhum, que o tempo é pouco, que a paciência não é muita, ainda por cima para aturar mais uns chatos, que os resultados são zero, mas Sr. Presidente a democracia tem regras, democracia é condição única para aqui estarmos todos, os votos dos cidadãos são todos iguais e não há democracia sem minorias e sem o devido respeito por elas, a legitimidade das maiorias é a mesma das minorias, o Sr. Sabe que não há progresso nem desenvolvimento com ausência de propostas, e com ausência de debate. O BE tem dentro das suas capacidades e limitações, com humildade, vindo a dar um contributo que nos parece imprescindível para o Concelho de Torres Novas.

A lei é muito clara, neste caso o BE tem de ser ouvido.

Não nos parece demais pugnar pelo cumprimento da lei.

Tem razão o Prof. Augusto Mateus no dia da apresentação do Torres Novas .pt, - “é preciso mais democracia e mais participação dos cidadãos”.

O desrespeito pela lei continua e chama-se “princípio da especificação”, mais uma vez o orçamento apresentado recorre generalizadamente à rubrica outros, e isto evidencia uma grande falta de rigor, veja-se: rubrica aquisição de serviços, de um total de 11 milhões de euros, aparecem quase 7 milhões para outros trabalhos e serviços, 60% - nos investimentos e edifícios, 6,5 milhões, 3,9 são para outros – 60%, etc. a lei obriga a especificar.

Um orçamento que assenta num IMI à taxa máxima, significa que as populações vão pagar a factura bem cara, que o orçamento não contribui para melhores condições de vida, o IMI é de facto um imposto gravemente penalizador para os municípios.

Na acção social ao invés de se apostar nesta área desce-se a dotação.

Este orçamento e plano de actividades não olha nem de soslaio para as energias renováveis, para a poupança de energia, para melhores práticas nesta área tão premente que é, não dá um sinal sequer.

A grande aposta é a água e saneamento, era bom que assim fosse, o Sr. Presidente sabe melhor que todos nós que não é possível.

A empresa Águas do Ribatejo foi constituída a semana passada, naturalmente sem o nosso município, se no próximo ano Torres Novas concluísse a sua integração naquela empresa já seria um grande passo.

Muita água vai correr nas nossas torneiras, e outros orçamentos discutiremos antes de quaisquer obras relacionadas com este projecto. Começámos tarde, agora há que assumir essa realidade. E ainda falta saber as condições da integração.

Faço votos que este orçamento resolva as obras da Meia Via, quanto antes, pois já é tempo.

A estrada da Costa Brava fica mais uma vez adiada, há populações que sofrem a valer”.

Sr. Presidente da Câmara – Iniciou a sua intervenção, pedindo desculpa ao representante do BE, pelo facto de não ter cumprido o previsto no estatuto da oposição, referente à auscultação da proposta do Plano e Orçamento, situação que se ficou a dever a simples esquecimento. De seguida, referiu que este orçamento pela primeira vez em muitos

anos, foi o que menos aumentou, só 1%, fazendo de seguidas algumas considerações quanto à obrigatoriedade de com a nova lei das finanças locais, os terrenos constarem no orçamento.

Fez referência ao que considera a aposta principal e que é a construção dos centros escolares, cujos projectos avançarão em Fevereiro, bem como as intenções de se concluírem algumas obras, nomeadamente, os arranjos à volta do castelo, a envolvência da nova Biblioteca e a ponte na Avenida, a via de ligação urbana entre o shopping e a cidade, courts de ténis e fora da cidade a estrada do Alvorão e troço do Boquilobo à Brogueira, intervenções na Brogueira, Zibreira, Mata, Meia Via e Moreiras Grandes. A planeada pavimentação no Pedrógão se tudo correr bem, iniciar-se-à no princípio do ano. Prevê ainda que no primeiro trimestre de 2008, com a participação da Câmara e Assembleia Municipal, se conclua a adesão às águas do Ribatejo que considera uma boa solução embora se preveja um aumento no fornecimento da água e em 2009, com a ajuda do QREN, a possibilidade de haver no concelho algumas intervenções a nível de saneamento.-----

António Gomes – Respondeu de seguida ao Sr. Presidente, esclarecendo ser este o terceiro ano que o BE está a participar na discussão dos orçamentos. No primeiro ano admite o esquecimento e até o desconhecimento, no segundo ano o BE lembrou por escrito o Sr. Presidente da Câmara tendo sido respondido na altura que não era preciso porque estava previsto reunir com o Bloco. No terceiro ano estava descansado, o Sr. presidente não se esqueceria. Relativamente ao orçamento e à eventual adesão às Águas do Ribatejo, considera que a demora vai ser maior do que a anunciada, havendo ainda de se saber se as câmaras que compõem a empresa, aceitam as outras, etc., mas o fundamental é saber em que condições é que se vai aderir. O fundamental é isso. Seria até importante começar por aí, se pudéssemos discutir se as condições serão iguais aos outros concelhos, o preço da água como é que vai ficar, etc. Doutro modo é muito limitada esta discussão.-----

Sr. Presidente da Câmara – Voltou de novo a intervir, prestando mais algumas informações sobre a forma de adesão às águas do Ribatejo, realçando o papel que a Câmara e Assembleia Municipal irão ter nessa decisão, prevendo-se que nos finais de 2008, já haja algo a registar.-----

Não tendo havido mais intervenções, deliberou a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, com vinte e cinco votos a favor e dez votos contra, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2008.-----

Mais deliberou esta Assembleia Municipal, aprovar em minuta, os pontos dois, três e quatro da ordem de trabalhos.-----

PONTO CINCO

INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

Acerca deste assunto, foi distribuído a todos os membros, cópia da informação referida em epígrafe, fazendo a mesma, parte integrante desta acta. (Anexo 4). -----

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão, pelas zero horas e cinquenta minutos, do dia vinte e um de Dezembro de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.-----